

# A morte e o Ensino de História: estudo de caso do livro didático *História, Sociedade & Cidadania* de Alfredo Boulos Júnior<sup>1</sup>

*Death and History Teaching: textbook case study História, Sociedade & Cidadania by Alfredo Boulos Júnior*

Felipe Tito Cesar Neto<sup>2</sup>

**Palavras-chave:**  
História da Morte;  
Ensino de  
História;  
Passados  
Sensíveis;  
Livro Didático;  
Escravos e  
Forros.

**Keywords:**  
*History of Death;*  
*History Teaching;*  
*Sensitive Pasts;*  
*Textbook;*  
*Slaves and Freed*  
*Individuals.*

**Resumo:** O artigo analisa a relação entre a História da Morte e o Ensino de História, tendo como estudo de caso o livro didático *História Sociedade & Cidadania* de Alfredo Boulos Júnior, publicado em 2018. A metodologia consiste na análise de três capítulos que tratam da morte de escravos e forros. Baseado no conceito de “passados sensíveis”, o texto reflete sobre o tratamento sociocultural da morte, ainda pouco explorado no meio acadêmico e escolar. Conclui-se que a abordagem da morte permanece ligada à violência. Ressaltamos que abordagens diferenciadas podem proporcionar novas perspectivas sobre a morte de escravos e forros, bem como suas práticas funerárias, enriquecendo e expandindo o debate em sala de aula.

**Abstract:** *The article analyzes the relationship between the History of Death and History Teaching, using the textbook História Sociedade & Cidadania by Alfredo Boulos Júnior, published in 2018, as a case study. The methodology involves the analysis of three chapters that address the death of slaves and freed individuals. Based on the concept of “sensitive pasts,” the text reflects on the sociocultural treatment of death, which remains underexplored*

*in both academic and educational contexts. It concludes that the approach to death is still largely associated with violence. We emphasize that differentiated approaches can offer new perspectives on the death of slaves and freed individuals, as well*

---

<sup>1</sup> Recebido em 30 de agosto de 2024; aprovado em 28 de outubro de 2024.

<sup>2</sup> Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGH – UNIRIO). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPHR – UFRRJ).

*as their funeral practices, enriching and expanding classroom discussions.*

## Introdução

No ano de 2020 o mundo foi surpreendido por uma nova doença: a COVID-19. Em pouco tempo, com o avançar desse desconhecido vírus pelos continentes velozmente, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou que naquele momento estávamos vivenciando um cenário de pandemia do novo coronavírus.<sup>3</sup> Em razão disso, o distanciamento social foi recomendado, dentro das atividades que fossem possíveis, afetando a rotina de famílias, trabalhos e escolas ao redor do planeta.

Inevitavelmente, em breve, os estudos sobre a pandemia de COVID-19 alcançarão os livros didáticos de História. Como será abordado um tema tão sensível que afetou a vida de milhões de pessoas no planeta? Como a morte de inúmeros brasileiros serão tratadas? E os estudantes que passaram pelo luto da perda de alguém durante a pandemia, como reagirão ao estudar sobre essa temática?

A nossa intenção de estudo é analisar a morte e o morrer de escravos e forros no livro didático *História, Sociedade & Cidadania* de Alfredo Boulos Júnior, publicado em 2018, correspondente ao sétimo ano do Ensino Fundamental II. A escolha do referido livro didático para análise se justifica a partir de dois critérios. O primeiro motivo se relaciona por se tratar da coleção de livros didáticos utilizada pelo autor deste texto desde o início de sua atuação na profissão docente. E, o segundo motivo, por se referir a uma coleção de livro didático de História com umas das maiores circulação no Brasil, consoante aos dados do Plano Nacional do Livro Didático, o PNLD.<sup>4</sup>

O artigo foi organizado em três partes. Na primeira parte, o nosso interesse é introduzir a análise sobre o tema da morte com o Ensino de História. Para isso, consideraremos a relação do referido assunto, tendo por base as questões curriculares. Logo após, o segundo momento do artigo irá focar no referencial teórico da pesquisa acerca dos passados sensíveis. Este conceito será essencial para abordagem que pretendemos desenvolver e, neste momento, pretendemos

---

<sup>3</sup> O G1 publicou uma matéria sobre a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS) decretando que o mundo entrou em um cenário de Pandemia de COVID-19. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2021.

<sup>4</sup> O dado com essa informação é disponibilizado no site do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 25 jul. 2022 e Disponível em: <https://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos-anos-anteriores>. Acesso em: 25 jul. 2022.

apontar as possibilidades de refletir sobre as questões relacionadas à morte e ao morrer, durante as aulas de História e as suas implicações para a formação de jovens estudantes. Enfim, a última parte do texto será uma abordagem empírica da nossa fonte de estudo com a intenção de analisar e compreender como a morte e o morrer de escravos e forros encontram-se no livro didático indicado para a construção do presente estudo.<sup>5</sup>

### **A morte e o currículo no Ensino de História**

A proposição de colocar em debate a noção de currículo é pertinente em nossa reflexão, ao apontar a proposta de considerar e pensar o tema da morte como protagonista nas aulas de História. A partir disso, é provável que a percepção e o ensino que envolva a morte de alguém e/ou ritos fúnebres de uma determinada sociedade seja tratada de forma mais detalhada e sensível dentro de um âmbito sociocultural, ao invés de uma abordagem burocrática, ausente de sentimentos e demasiadamente pensada enquanto um mero fenômeno biológico.

Entre interpretações e divergências, esse campo de estudo é constituído por muitas especificidades. A própria noção de currículo encontra-se em debate. De acordo com Alice Lopes e Elizabeth Macedo (2011, p.19), o olhar sobre o currículo é direcionado para a unidade escolar. Neste sentido, o currículo ganha nuances de planejamento e organização que visa à formação e à construção de um processo educativo. Contudo, levando em conta esse olhar que as autoras apresentam, consideramos que tal percepção aparenta ser uma mera formalidade burocrática e técnica dentre as muitas atividades do trabalho docente. Esses documentos analisados por Lopes e Macedo transmitem um aspecto limitador, devido à ausência de debate que vise à construção daquilo que estará ou não nos planejamentos, ementas e programas dos componentes curriculares dos professores.

A compreensão técnica do currículo possui uma finalidade. A imposição dessa noção constitui-se como o processo educacional é visto numa esfera mais ampla dentro das políticas educacionais. Consoante Carmem Gabriel (2019, p.73 e 74) “(...)

---

<sup>5</sup> Ao longo deste artigo, utilizaremos o termo “escravo” para nos referirmos aos africanos e seus descendentes que estiveram sob o jugo da escravidão. Optamos por esse termo devido ao seu uso jurídico e histórico, presente em documentos do Brasil Colônia e Império. O vocabulário relacionado aos estudos da escravidão é vasto e requer cuidado para ser utilizado adequadamente, de acordo com o contexto do período analisado. Por exemplo, conforme o artigo do professor Roberto Guedes, o estudo de determinados termos, inerentes a uma sociedade escravista, pode ser realizado à luz das hierarquias sociais. Cf. GUEDES, Roberto. “Senhoras pretas forras, seus escravos negros, seus forros mulatos e parentes sem qualidades de cor: uma história de racismo ou de escravidão? (Rio de Janeiro no limiar do século XVIII”. In: DEMETRIO, Denise Vieira; SANTIROCCHI, Ítalo Domingos; GUEDES, Roberto (Org.). *Doze capítulos sobre Escravizar gente e governar escravos*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017, p.17-50.

a definição de currículo de história está, pois, diretamente relacionada com esses movimentos teórico-políticos curriculares. Seu entendimento depende do significado hegemônico de currículo com o qual se opera e as apostas políticas que se pretende sustentar e defender”. A perspectiva das guias curriculares supracitadas segue uma adjetivação que visa a qualificação das teorias curriculares como tradicionais e tecnicistas, afinal, estão preocupados, por exemplo, com uma relação ensino-aprendizagem que considera, acima de tudo, avaliações, metodologias, organização, planejamentos, objetivos, eficiências, etc. (Silva, 2010, p.17).

A noção tradicional e tecnicista de currículo ainda impera nas mentalidades e vigora em algumas instituições, sejam elas públicas ou privadas no Brasil. De acordo com Tomaz Tadeu da Silva, o currículo, ao seguir esse caminho, passa a ser visto de forma racionalizada, em busca de resultados educacionais, sendo o modelo institucional de inspiração a fábrica (Gabriel, 2019, p.72; Silva, 2010, p.12). Ou seja, a formação passa a ser direcionada com a finalidade de atender aos mundos do trabalho.

Levando em consideração o que foi exposto até aqui, é perceptível que nossa proposta de análise segue por caminhos opostos à concepção apresentada até então. O estudo da morte e do morrer, em nossa percepção, não se enquadraria em um universo de possibilidades de estudo numa perspectiva curricular tradicional e tecnicista, pois os valores e análises que podem emergir dessa discussão se distanciam dessas propostas. Nesse sentido, é necessário considerar que a noção e a compreensão das teorias curriculares estão em constante disputa, envolvendo o que deve ou não ser selecionado como conhecimento legítimo e necessário para ser desenvolvido em sala de aula com os estudantes.

De acordo com Pierre Bourdieu, apesar de a escola reconhecer as desigualdades sociais que ocorrem em seu interior, ela utiliza um discurso de igualdade para mascarar essas desigualdades. Destarte, a formação escolar é considerada por ele como responsável pela conservação social (Bourdieu, 2002, *passim*). Essa perspectiva pode ser reforçada com base em Alice Lopes e Elizabeth Macedo, que demonstram o papel conservador da escola e do currículo, ambos vistos como uma forma de controle social, atuando na socialização dos sujeitos, na inserção no mundo produtivo e no aprendizado de códigos de como agir socialmente (Lopes e Macedo, 2011, p.26-27).

Podemos considerar, consoante Michael Apple, que o currículo não é um conjunto de conhecimentos identificados como neutros. De acordo com ele, o currículo “é sempre parte de uma tradição seletiva, resultado da seleção de alguém, da visão de algum grupo acerca do que seja conhecimento legítimo. É produto das

tensões, conflitos e concessões culturais, políticas e econômicas que organizam e desorganizam um povo” (Apple, 2005, p.59).

Segundo Carmem Gabriel (2019, p.75-76), a relação entre currículo, conteúdos históricos e conhecimento escolar encontra nos livros didáticos possibilidades de pesquisa enquanto objeto de estudo. É por esse caminho que pretendemos avançar no diálogo envolvendo o campo da História da Morte e o Ensino de História, tendo o livro didático como fonte empírica.

No que se refere aos estudos em torno da História da Morte, em âmbito acadêmico, a consolidação tanto em seu país de origem (França) quanto no nosso não ocorreu de forma imediata. Com o advento da Escola dos Annales, novas possibilidades emergiram (Burke, 2010, p. 17) e favoreceram o estudo de novos temas, como as atitudes diante da morte, o medo, a bruxaria, o Purgatório, dentre outras temáticas (Ariès, 2014; Vovelle, 1973; Delumeau, 2009; Mandrou, 1968; Le Goff, 1993).

A influência desses estudos chegou ao Brasil, inicialmente, na década de 1970. Destacamos, em especial, as publicações de artigos da historiadora Katia Mattoso e a dissertação de sua orientanda, Inês de Oliveira, com ênfase nas pesquisas sobre a prática testamentária dos alforriados na Bahia do século XIX. Esses trabalhos possibilitaram o início de um campo de investigação em nosso país, voltado aos eixos temáticos da morte e do morrer de alforriados, por meio de suas últimas vontades. Foi possível conhecer as atitudes desses indivíduos diante da morte, bem como os recursos legados após o momento último e derradeiro (Mattoso, 2004, p.167-202; Mattoso, 2004, p.225-260; Oliveira, 1979).

Todavia, a consolidação da História Social da Morte no Brasil ocorreu com a publicação do clássico *A morte é uma Festa*, de João José Reis. O historiador estudou a Bahia do século XIX, tendo como fio condutor a destruição do primeiro cemitério extramuros do local, pelos fiéis católicos, que estavam protegendo seus antigos costumes relacionados ao morrer, como o sepultamento no interior das igrejas. Esse episódio ficou conhecido como a Revolta da Cemiterada. A partir disso, o autor analisou os costumes funerários, bem como, as transformações das atitudes diante da morte durante esse período (Reis, 1991).

Ademais, os trabalhos da historiadora Claudia Rodrigues, a respeito da cidade do Rio de Janeiro, entre os séculos XVIII e XIX, no âmbito da História da Morte, são as principais referências para o estudo dessa temática em diálogo com o período Colonial e Imperial de nosso país. Sobretudo, no tocante à escravidão, aos forros, à religião e à religiosidade, aos ritos fúnebres, à prática testamentária, etc. (Rodrigues, 1997 e 2005).

### A morte enquanto tema sensível de estudo

O estudo dos temas sensíveis permite potencializar abordagens que, outrora, eram vistas apenas na óptica do tabu. Consoante Nilton Mullet Pereira e Fernando Seffner (2018, p.16), os passados sensíveis ou socialmente vivos são considerados temas privilegiados no que concerne o currículo de História. Deste modo, acreditamos na necessidade de explorar tal seara, especialmente contemplando a referida intenção de estudo.

O conceito de passados sensíveis, segundo a percepção de Carmem Zeli de Vargas Gil e Jonas Camargo Eugenio (2018, p.142), dialoga com as ideias de Mével e Tutiaux-Guillon (2013, *passim*), que descrevem temas sensíveis como impregnados de emoções, controversos, difíceis de abordar, e relacionados a situações importantes tanto para o presente quanto para o futuro, entre outros aspectos. O próprio conceito de passados sensíveis é designado por diferentes nomenclaturas, que convergem para uma percepção comum: a de que esses temas causam e/ou despertam sentimentos em outras pessoas. O tema da morte e do morrer pode ser visto em diálogo com a noção de passados sensíveis, pois evoca emoções profundas e experiências traumáticas ou dolorosas. Além disso, gera discussões complexas sobre memória, luto e o significado da vida – temas que permanecem relevantes e impactam o presente e o futuro das sociedades, além de reverberarem quando abordados em sala de aula.<sup>6</sup>

Considerando as emoções que são movimentadas a partir de determinados temas, nota-se, que a função do professor em mobilizar e realizar escolhas didáticas faz parte do seu método de trabalho. Sendo assim, o docente encontra-se diretamente envolvido nesse processo seletivo ao tomar as suas decisões quanto às abordagens que serão feitas. Afinal, conforme Verena Alberti, o “professor de história – como todo professor – precisa fazer opções: de conteúdos, de métodos, de atividades. Não existe, como sabemos, ‘toda a história’ pronta para ser ensinada” (Alberti, 2014, p.1).

Portanto, cabe ao professor, a escolha de mobilizar as aulas de História a partir da percepção de passados sensíveis, considerando a sua expectativa em despertar nos estudantes o olhar crítico, a reflexão, a empatia, o interesse pelo não dito e a

---

<sup>6</sup> Embora não seja o foco principal do texto, consideramos importante destacar que discutir temas como a morte no Ensino de História é geralmente bem recebido pelos alunos. Frequentemente, eles demonstram curiosidade, receio e até medo, além de questionarem sobre os aspectos “macabros” que percebem em certas situações. No entanto, o que mais se destaca é a dificuldade que muitos estudantes têm em historicizar o tema da morte, sendo comum ouvirmos que não sabiam que esse assunto poderia ser estudado em uma aula de História. Esse resumo sugere um caminho relevante para estudar a compreensão e os sentimentos dos alunos ao abordar a morte e as crenças relacionadas a ela.

busca por um olhar vivo, repleto de sentidos e emoções no estudo da História. Contudo, conforme aponta Verena Alberti, tais assuntos interpretados como sensíveis não são fáceis de lidar. Especialmente, quando ocorrem divergências entre o que os estudantes aprendem com base no conhecimento científico dentro das escolas e das abordagens que são transmitidas pelos familiares ou outros espaços (Alberti, 2014, p.2).

Assuntos relacionados ao racismo, às questões indígenas, ao gênero, ao Holocausto e à Ditadura Civil-Militar, por exemplo, são temas recorrentes em pesquisas sobre o Ensino de História e passados sensíveis. Certamente, em nossa conjuntura, é essencial que ocorram debates e reflexões que considerem as demandas envolvendo essas temáticas e suas análises adjacentes. Todavia, o que despertou nossa inquietação em relação a esse conceito foi a prevalência das abordagens que priorizam um recorte temporal contemporâneo e/ou o tempo presente. Em nossa percepção, a abordagem dos passados sensíveis não deve se restringir a uma linha temporal próxima à sociedade atual. Afinal, acreditamos que em qualquer período histórico é possível deparar-se com um passado vivo, capaz de suscitar inquietações, sentimentos e emoções, dependendo das referências do sujeito histórico interessado em estudar e analisar sob essa ótica.

Sendo assim, a possibilidade de investigação a partir dessa lacuna torna-se um importante caminho de estudo, não apenas visando ampliar os olhares no que cabe aos interesses de pesquisa; mas, especialmente, considerando o campo de ensino envolvendo os passados sensíveis. Afinal, como é sabido, conforme aponta Carmem Zeli de Vergas Gil e Jonas Camargo Eugenio, existem temas sensíveis tanto para a sociedade quanto para a historiografia, que não fazem parte da realidade dos estudantes, ou seja, existem temas que acabam não sendo significados / compreendidos enquanto sensíveis para eles (Gil e Eugenio, 2018, p.144).

De acordo com o historiador francês Philippe Ariès (2014, p.5-37 e 2017, p.2999), na Europa medieval e moderna, havia uma relação de proximidade com a morte, por conta disso, conceituou essa forma de lidar com a morte e o morrer de morte domada (ou familiar). Todavia, por volta do século XVIII e XIX, novas percepções se fizeram presentes com o processo de secularização da sociedade, que aos poucos afastou a proximidade como os seres humanos lidavam com o tema da morte no espaço social, tornando-a selvagem, conforme conceitua o historiador.

É importante salientar, conforme aponta Norbert Elias (2001, p.19-24), que a abordagem de Phillippe Ariès em que a sociedade medieval aguardava a morte com tranquilidade não se sustenta. Afinal, por ter sido um período marcado pela violência, epidemias, além da inexistência de recursos que poderiam aliviar a dor, torna-se difícil

considerar que fosse uma época que lidava com a proximidade da morte de forma calma. O que pode ser indicado, na perspectiva do sociólogo, era que o tema da morte era tratado com mais frequência e de forma mais aberta que nos dias atuais. Tal observação aponta para um período em que dialogar e refletir sobre a morte e o morrer, não era um tema tabu, o que evidencia as mudanças no âmbito mental e social no que versa a abordagem acerca das referidas questões.

Atualmente, conforme estamos demonstrando neste texto, a relação de proximidade com o tema da morte é vista com certa cautela. Evita-se falar a respeito de assunto tão “fúnebre” e “desconfortável”. Essa forma de lidar com a morte e o morrer de modo repulsivo, segundo Phillippe Ariès, inicia-se entre 1930 e 1950, quando ocorre uma mudança envolvendo o deslocamento do lugar da morte. Consoante o historiador, “Já não se morre em casa, em meio aos seus, mas sim no hospital, sozinho. Morre-se no hospital porque este tornou-se o local onde se presta os cuidados que já não se podem prestar em casa. (...) Vamos ao hospital não mais para sermos curados, mas precisamente para morrer” (Ariès, 2017, p.83-84). Esse tipo de comportamento, com a chamada morte interdita, pelo autor, indica o distanciamento que a sociedade contemporânea tem lidado com esse conteúdo sensível. Do que estamos observando até aqui, não é de estranhar a ausência de uma reflexão sobre essas questões em âmbito escolar.

Uma aula de campo no cemitério é uma possibilidade de aproximar os estudantes nesse importante debate. Esse espaço não formal, conceituado por Maria Cristina Pastore (2016), possibilita o professor em promover diferentes metodologias, que não só são instigantes para o docente, mas também aos estudantes. A intenção da autora, em seu estudo, é considerar a possibilidade de promover a construção do conhecimento em espaço alternativo, como o cemitério, no âmbito do Ensino de História.

Seguindo por este caminho, a historiadora Kate Rigo (2012, p.117), buscou estabelecer diálogo com o cemitério e a sala de aula. Conforme a autora, a abordagem em torno dessa temática não deve ficar restrito ao meio acadêmico e deve ganhar espaço no Ensino Fundamental II e Ensino Médio, tanto nas aulas de História quanto nas demais áreas das Ciências Humanas, especialmente, atuando em perspectiva interdisciplinar.

Giane Carla Kopper Müller (2005, p. 168-170) analisou as formas como os temas da vida e da morte são abordados nas escolas, a partir dos livros didáticos e documentos oficiais de educação, como os Parâmetros Curriculares Nacionais e Proposta Curricular de Santa Catarina. A autora selecionou diferentes livros didáticos das seguintes áreas: Ciências (1ª a 4ª séries), Ciências (5ª, 6ª, 7ª e 8ª), Ensino

Religioso (5<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup>), Biologia (Ensino Médio), Química (Ensino Médio) e Física (Ensino Médio). A escolha metodológica de Giane Müller é, contudo, emblemática. Afinal, não há referência a nenhum livro de História.

Ao longo do artigo, a autora estabelece um diálogo com o historiador francês Philippe Ariès, mas não considera o Ensino de História. Qual o motivo desse critério? Consideramos que pode ocorrer uma naturalização das abordagens sobre a morte ao longo dos livros didáticos, o que levou a autora Giane Müller a desconsiderar a possibilidade de tratar essa temática. Em síntese, ao desconsiderar o Ensino de História, a pesquisadora deixa de observar os aspectos sociais e culturais relacionados às questões da morte e do morrer.

### **A morte e o morrer em um livro didático de História**

Neste momento, nos debruçaremos no livro didático *História, Sociedade & Cidadania* de Alfredo Boulos Júnior, voltado para o sétimo ano do Ensino Fundamental II, publicado no ano de 2018. Os capítulos, a seguir, foram analisados para a construção da presente pesquisa:

**TABELA 1 – Estrutura dos capítulos analisados no livro *História, Sociedade & Cidadania* de Alfredo Boulos Júnior (2018)**

<b>Capítulos</b>	<b>Unidades</b>	<b>Páginas</b>
Capítulo 2: Povos e culturas africanas: Malineses, Bantos e Iorubás	1 - América e África antes dos europeus.	35-63.
Capítulo 9: América Portuguesa: Colonização	3 - Nós e os outros.	198-225.
Capítulo 10: Africanos no Brasil	4 - Gentes e terras da América portuguesa.	228-255.

Os três capítulos analisados, em nossa perspectiva, são aqueles que abordam de forma central os africanos e seus descendentes, sejam eles na condição de livres, escravos e/ou forros, no referido livro didático. A análise dos capítulos mencionados será dividida em dois momentos. Inicialmente, consideraremos os conteúdos direcionados aos estudantes, situados na parte principal do livro didático. Após, o nosso olhar será direcionado às orientações voltadas para os professores, que fica no contorno das folhas. A intenção é diferenciar os conteúdos sobre a morte e o morrer, destinado aos alunos e aos professores.

### O conteúdo didático direcionado aos estudantes

O advento da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e da Cultura Afro-brasileira, contribuiu para a necessária e importante complexificação do ensino sobre a África em nosso país (Lima, 2014, p.2-3). O material selecionado para análise segue essa mesma linha, presente em outros livros didáticos, nos quais temas como a escravidão e a violência sofrida por essa população ainda figuram como principais assuntos destacados. Nota-se, entretanto, importantes avanços na escrita e produção de livros didáticos que buscam valorizar as vivências negras para além das narrativas centradas no cativo. Essa preocupação pode ser evidenciada, por exemplo, logo na abertura do capítulo 2 do livro didático analisado neste estudo.

A África é um continente com mais de 30 milhões de quilômetros quadrados, dezenas de países e centenas de povos com culturas e línguas singulares. Por ser o berço da humanidade e o lugar de origem dos ancestrais de milhões de brasileiros, a África e sua história têm grande importância para nós (Boulos, 2018, p.35).

Para além da parte textual do livro didático, também podemos considerar a tentativa de apresentar a diversidade da África e de sua cultura, bem como os laços culturais com o Brasil, por meio de mapas, ilustrações diversas, fotografias de personalidades negras e pessoas “comuns”, fontes históricas, entre outros recursos iconográficos presentes. Essa estratégia é importante, pois as imagens variadas que compõem o amplo mosaico do material didático dialogam com os temas e assuntos propostos, proporcionando uma importante contribuição aos processos de ensino-aprendizagem dos estudantes (Costa, 2005, p.147-160; Lima, 2019, p.94-109).

Prosseguindo, em determinado conteúdo complementar apresentado pelo livro didático, no espaço “para saber mais”, conhecemos a importância dos chamados griôs para a cultura africana. O que chamou a nossa atenção foi a seguinte informação:

No passado, quando um griô falecia, o seu corpo era enterrado dentro de um baobá, árvore considerada sagrada e cujos troncos são ocos. Acreditava-se que, ao enterrar o corpo de um griô nessas árvores, suas histórias e canções continuariam sendo divulgadas e conhecidas por muitos (Boulos, 2018, p.37).

Embora a narrativa destaque o segmento social dos griôs, voltamos nosso olhar mais especificamente para as práticas funerárias envolvendo esse grupo. Em vida, esses indivíduos eram considerados guardiões de uma determinada memória. Nota-

se que, após a morte, para que as múltiplas memórias dessas pessoas fossem preservadas e compartilhadas, acreditava-se na necessidade de certos costumes funerários. Embora tal prática não represente de forma significativa os costumes relacionados à morte e ao morrer no continente africano, ela contribui para suscitar reflexões sobre como diferentes sociedades, em momentos distintos, tinham maneiras diversas de lidar com a morte.

Em uma dentre as muitas atividades no capítulo 2, chama atenção a questão de número 10, que apresenta um trecho de um artigo da historiadora Marina de Mello e Souza, intitulado *História da África e a escravidão africana*. Destaco o seguinte trecho:

“Acreditava-se que entre o mundo dos vivos e dos mortos havia uma linha divisória, a Calunga. Daí que quando alguém morria o seu espírito atravessava a fronteira entre a vida e a morte navegando numa zona transitória que seria o oceano” (Boulos, 2018, p.58). É perceptível, certamente, que ainda estamos observando uma certa preocupação do livro em abordar os costumes, vivências de mundo e percepções oriundas dos africanos em determinado período. No entanto, compreendemos que a tônica das abordagens parte de um pressuposto de uma visão violenta para compreender os processos envolvendo os africanos e seus descendentes, seja na condição de livre, escravo e/ou forro.

No trecho em destaque, podemos observar uma visão escatológica da região do Congo, na época moderna, por meio da noção de Calunga. Há uma percepção de violência, considerando que, no processo de diáspora, os africanos arrancados de seu território atravessaram esse vasto oceano rumo ao desconhecido, e, segundo acreditavam, até mesmo para a morte. Seja uma morte biológica, visto que muitos morreram antes mesmo de chegar ao destino ou logo após desembarcarem no litoral brasileiro, sem resistir aos infortúnios da viagem e, muitas vezes, sendo sepultados superficialmente, sem rito ou cuidado (Pereira, 2014). Além disso, também podemos considerar uma morte do sujeito, ou seja, uma morte social, ainda que temporária, na medida em que os vínculos ancestrais eram momentaneamente rompidos e desenraizados de seu território (Patterson, 2008), para, somente depois, criarem vínculos e recriarem as relações antes perdidas (Slenes, 2011).

Neste momento, cabe uma reflexão com os estudantes. Ao lidarmos com temas sensíveis, o exercício da empatia torna-se essencial. Assim, é importante questionar a turma sobre os sentimentos que poderiam experimentar ao serem arrancados de sua terra natal, sem consentimento e distantes da família, sem saber se algum dia teriam a oportunidade de revê-los. O que passaria pela cabeça deles? Certamente, essa reflexão contribuiria, ainda que minimamente, para que percebessem a dor da

perda, o desenraizamento, a falta de pertencimento e, conseqüentemente, a noção de morte social.

Uma tendência que marcou a historiografia da escravidão no Brasil, conforme aponta Silvia Lara, foi a relação entre a escravidão e a violência. O enfoque estava na crueldade dos castigos e na visão do escravo como uma coisa, incapaz de se posicionar no seio social em que estava inserido. Certamente, a autora em destaque, assim como nós, não busca negar a crueldade da sociedade escravista que foi o Brasil, tanto no período colonial quanto no imperial. Todavia, a incapacidade dessa vertente de considerar a atuação dos escravos e forros como indivíduos capazes de ação e tomada de decisões é um incômodo que estudos mais recentes vêm explorando (Lara, 1988; Guedes, 2008; Fragoso, 2014, entre muitos outros).

Ao notarmos a questão da violência como uma marca na narrativa em torno da morte e do morrer, considerando os escravos e os forros, o livro didático ainda reitera, mesmo que indiretamente, essa tendência historiográfica, que, em nossa opinião, já foi superada por novos estudos acadêmicos. Embora o livro *História, Sociedade & Cidadania*, na edição analisada, não tenha essa tendência em seu cerne, ao menos no que diz respeito ao tema da morte e do morrer, essa perspectiva ainda permanece. No capítulo 9, que aborda a inserção dos africanos na América portuguesa, a escolha do africano para substituir a mão de obra indígena indica, entre outras razões, “a falta de indígenas nas áreas açucareiras por fuga ou morte devido a doenças e maus-tratos” (Boulos, 2018, p.210). Ou seja, a fragilidade de um grupo em troca de uma alternativa, a partir do tráfico de almas dos negros africanos. A narrativa da morte violenta não se limita apenas ao africano, mas também se estende aos povos indígenas, os chamados “negros da terra”.

A visão sobre a morte e o morrer dos escravos e forros, quando mencionada de forma direta e explícita no livro didático em questão, revela aspectos evidentes da violência. De forma indireta, a presença das práticas sociais e culturais desse segmento social é mais comum, demonstrando a complexidade das relações não apenas em vida, mas também no momento da morte, sem esquecer as relações no *post-mortem*.

Ao apresentar o cenário do engenho, nas grandes fazendas em que a cana-de-açúcar obtinha maior destaque, no início do processo de colonização, algumas estruturas desse ambiente chamam a nossa atenção. Para além do canavial, a casa do engenho, a casa grande e a senzala, também havia a presença de capelas (Boulos, 2018, p.210), como marcas de uma sociedade inserida na cristandade, a partir das relações com uma metrópole interligada ao Catolicismo como religião oficial (Gomes, 1997, p.33-34).

A capela era um local onde eram realizadas, por exemplo, batizados, missas e, além disso, práticas rituais voltadas à morte de alguém, como sufrágios pela alma. Era um espaço de sociabilidade e aprendizagem da religião e da religiosidade católica. Os africanos, quando foram inseridos na sociedade colonial na condição de escravos, passaram por um processo diferenciado de missão, onde aprendiam a fé cristã e, especialmente, eram instruídos a partir da ênfase na pedagogia do medo, que afirmava que esse segmento social era mais suscetível ao pecado, devido à maldição camita. Assim, deveriam seguir de forma mais contrita os ensinamentos da Igreja Católica. Por conta disso, percebe-se, por exemplo, nos testamentos dos forros uma visão mais atemorizada da morte, resultado do referido processo em que foram inseridos. Tal análise possibilita observar como os forros se apropriaram das representações sobre a morte católica (Rodrigues, 2007; Oliveira, 2009). É importante salientar que o testamento é uma das mais importantes fontes no estudo da História da Morte, embasando diferentes pesquisas que investigam temas variados relacionados à morte e ao morrer (Mattoso, 2004, p.167-200; Oliveira, 1979; Reis, 1991; Rodrigues, 1997 e 2005; Furtado, 2001, p.397-416; Neto, 2019, dentre muitos outros).

Em relação à vivência religiosa e ao diálogo sobre a morte e o morrer, destacamos que a ênfase dada a essa questão ocorre na parte em que o livro aborda as irmandades. Essas instituições leigas, essenciais durante os períodos colonial e imperial do Brasil, eram responsáveis por diversas atividades de assistência social e religiosa, tanto nos aspectos relacionados à vida quanto à morte dos fiéis católicos.

As irmandades eram associações organizadas por leigos e que tinham sede em igrejas católicas. Para que uma irmandade funcionasse era necessário que tivesse seus estatutos aprovados por uma autoridade da Igreja Católica. As irmandades promoviam: o culto aos seus santos padroeiros; a cooperação entre seus membros para construir, reformar ou ornamentar uma igreja; a assistência mútua entre seus integrantes. A assistência era de ordem material (protegendo suas famílias da pobreza) e espiritual, garantindo aos integrantes apoio na hora da morte (missa de corpo presente, sepultamento digno e orações em sua intenção) (Boulos, 2018, p.238).

A citação é referente a um parágrafo do capítulo 10 do livro didático *História, Sociedade & Cidadania* de Alfredo Boulos Júnior. Consideramos que esta é a principal parte em que o autor privilegia a sua abordagem sobre a morte e o morrer, em diálogo com as irmandades. Essas instituições não eram exclusivas de escravos e forros. Havia irmandades também para brancos, assim como, outras que eram organizadas de forma mista, demonstrando que as desigualdades sociais também

eram presentes nesses espaços (Scarano, 1975; Boschi, 1986; Campos, 2013, dentre muitos outros).

Ao privilegiar, neste momento, as relações das irmandades com a morte, o parágrafo em destaque revela-se essencial, pois aborda uma relação incontornável entre essas instituições leigas e o tema. Conforme observado no próprio livro didático, às irmandades cabia prestar “assistência dada a seus associados na doença, na velhice e na morte” (Boulos, 2018, p.239). Elas desempenharam um papel significativo no cuidado com os mortos e suas almas. Assim, o referido parágrafo é fundamental para explicar como essa sociedade lidava com a morte e o morrer. Nesse contexto, destacam-se as complexas relações sociais e culturais envolvendo a morte, com ênfase nas práticas de sociabilidade e nas relações salvíficas em torno da fé.

Em relação as fontes históricas, Alfredo Boulos Júnior aponta no livro didático de sua autoria, a possibilidade de novos estudos “sobre registros de batismo, casamento e morte de escravos [óbitos] vêm mostrando que as famílias escravas tinham práticas, visões e valores próprios. E mais: reagem à imposição de seus senhores, tomavam iniciativas e buscavam viver do seu jeito” (Boulos, 2018, p.218). Esse argumento reforça o que mencionamos anteriormente, quando questionamos as abordagens historiográfica que concediam ênfase nos aspectos relacionados a violência no âmbito da escravidão, desconsiderando as possibilidades de ação, apesar do cenário difícil, como sabemos. Além disso, com base na documentação mencionada, os estudantes poderiam tanto conhecer novas tipologias de fontes quanto observar a movimentação dos africanos e os seus descendentes, seja eles escravos e/ou forros, a partir da relação de compadrios com os batismos; a formação de famílias por meio dos matrimônios; a morte e o morrer considerando os óbitos. Destarte, contribuiria em suscitar novas possibilidades de interpretação, para além das chagas da violência.

Nesse mesmo capítulo, destaca-se alguns traços de morte violenta, em relação ao padecimento de escravos. São mencionados sobre as mortes que ocorriam durante o tráfico atlântico de escravos – seja nos textos ou em atividade com análise de fonte.

Destaco o seguinte trecho, como pode ser observado a seguir:

Nas fortalezas do litoral africano, homens, mulheres e crianças eram forçados a embarcar em navios conhecidos como navios negreiros. A viagem das praias da África Ocidental para o Brasil durava de 30 a 45 dias, conforme o lugar de partida e o de chegada. As condições da viagem eram péssimas, a comida era pouca e de má qualidade. Os negreiros iam superlotados: onde cabiam 100 iam 300 e muitos morriam durante a travessia. Mesmo assim, o

lucro dos traficantes era grande: o preço de venda de um lote era, em média, três vezes maior que o de compra (Boulos, 2018, p.235).

O estudo sobre o tráfico de almas é um tema amplamente explorado pela historiografia brasileira, como pode ser observado na obra *Em Costas Negras*, de Manolo Florentino. Esta publicação, ao considerar os preceitos da História econômica e social, busca compreender as dinâmicas que envolvem o comércio de escravos, com ênfase nos portos africanos e no Rio de Janeiro, entre os séculos XVIII e XIX (Florentino, 2014). É pertinente considerar que a violência intrínseca a esse processo está presente no livro didático, que menciona, por exemplo, a morte dos cativos que sucumbiram durante a travessia, independentemente da causa. No capítulo 10 do livro didático, encontra-se um trecho escrito pelo escravo africano Mahommah Garbo Baquaqua, que contém as seguintes informações:

Fomos arremessados, nus, porão adentro, os homens apinhados de um lado, e as mulheres de outro. O porão era tão baixo que não podíamos ficar de pé, éramos obrigados a nos agachar ou nos sentar no chão. Noite e dia eram iguais para nós, o sono nos sendo negado devido ao confinamento de nossos corpos. [...] Houve um pobre companheiro que ficou tão desesperado pela sede que tentou apanhar a faca do homem que nos trazia água. Foi levado ao convés, e eu nunca mais soube o que lhe aconteceu. Suponho que tenha sido jogado ao mar (Boulos, 2018, p.246).

Apesar de não encontrarmos a palavra morte ou termo similar nessa fonte, certamente, o escravo que atacou o homem foi morto e lançado ao mar. Era costume lançar os corpos de escravos pelo Atlântico, quando padeciam durante a travessia (Pereira, 2014, p.122). Alfredo Boulos Júnior destaca diferentes formas de resistência escrava.

Dentre elas, apontamos o suicídio, incluída nessa possibilidade de ação:

Os africanos e seus descendentes resistiram também desobedecendo, fazendo corpo mole no trabalho, quebrando as ferramentas, incendiando plantações, suicidando-se, agredindo feitores e senhores, negociando melhores condições de vida e trabalhando, fugindo sozinhos ou com companheiros e formando quilombos (Boulos, 2018, p.240).

Ao abordar o tema sensível do suicídio, sugerimos cautela. Trata-se de um assunto que pode gerar desconforto e dificuldades de compreensão entre os estudantes. Inicialmente, pode ser discutido à luz do contexto histórico em questão. Além disso, é possível abordar a temática de forma interdisciplinar e com o apoio da

comunidade escolar, promovendo uma roda de conversa sobre a questão nos dias atuais.

### **O conteúdo historiográfico e pedagógico direcionado aos professores**

No livro do professor, em relação ao material didático, há uma série de orientações e sugestões destinadas aos educadores, que incluem aprofundamentos sobre determinados assuntos e propostas diversificadas para serem implementadas em sala de aula. Inicialmente, no capítulo 2, embora a orientação baseada na BNCC informe que os professores podem destacar a diversidade cultural e social da África, entende-se que essas temáticas estão mais relacionadas às questões inerentes à vida (Boulos, 2018, p.35). Não há informações iniciais que ajudem a abordar questões relacionadas à morte, o que certamente pode causar desamparo ou desconforto ao tratar desse assunto, evitando, assim, uma temática rica e instigante.

Em diálogo com os estudos sobre a prática funerária dos griôs, é utilizado para reflexão, um pequeno texto do escritor do Mali, Hampâté Bâ, que diz o seguinte “Quando morre um velho é como se uma biblioteca inteira fosse incendiada” (Boulos, 2018, p.37). Esse trecho além de valorizar a ancestralidade nos laços que foram perdidos e reconstruídos, também informa sobre a perda de alguém e a dificuldade em lidar com temas sensíveis.

Muito pouco é dito acerca dos costumes africanos, dos diferentes povos, sobre a morte e o morrer. Em apenas um breve momento, é mencionado sobre a força do sobrenatural no Congo, na forma como lidavam com questões relacionadas a saúde ou outras dificuldades, seja neste mundo ou no *post-mortem*: “Na visão de mundo desses povos, os mortos têm mais poderes que os vivos, já que controlam a fortuna da vida e, por isso, um reino também depende deles e das forças naturais para ter prosperidade.” (Boulos, 2018, p.63).

O trecho citado no parágrafo anterior é interessante, pois apresenta uma percepção da cultura escatológica do Congo, evitando uma lacuna sobre esse assunto ao longo do livro didático. Apesar de observamos vários momentos em que a morte e o morrer são abordados no material, considerando os aspectos sociais e culturais, não se dá destaque aos costumes e práticas africanas relacionados ao momento da morte. Mesmo no capítulo dedicado à História da África, essa questão não é abordada. Opta-se por privilegiar as atitudes diante da morte em uma sociedade católica, considerando o processo de missionação pelo qual os negros passaram. Deste modo, consideramos que alguns estudos essenciais para a compreensão da morte africana deveriam ser indicados para a formação dos

professores, visando uma melhor compreensão e um manejo mais eficaz ao lidar com essas premissas.<sup>7</sup>

De forma indireta, semelhante como foi identificado na parte do livro didático voltado para os estudantes, é apontado para os professores o modelo da grande lavoura. Uma das estruturas que poderia situar nesse espaço era a capela, local que ocorriam as cerimônias religiosas (Boulos, 2018, p.211).

As abordagens violentas também se fizeram presentes nas orientações para os professores. Destaca-se o processo de escravidão no interior do próprio continente africano e as mortes ao longo desse processo, bem como, dados que tentam estimar o quantitativo do tráfico de almas que ocorreram nesta época (Boulos, 2018, p.230 e 254).

No que cabe as questões relacionadas as irmandades e a morte, a orientação do livro didático consegue apresentar de forma objetiva um importante conceito neste campo de estudo que é a noção de Boa Morte:

A garantia de uma boa morte, com funeral, tumba, missas, é um tema tratado com grande cuidado nos compromissos das irmandades negras. Os altíssimos custos que envolviam todos esses ritos, além da importância da ancestralidade para os africanos, certamente foi um atrativo ímpar para o ingresso numa fraternidade (Boulos, 2018, p.239).

Atualmente, os historiadores que estudam a História da morte têm explorado debates sobre a Boa Morte, que são essenciais para compreender as atitudes em relação à morte. Além disso, novas perspectivas surgem com os estudos sobre a Má Morte, que se refere a uma morte não preparada e inesperada, sem os rituais fúnebres apropriados, focando especialmente nos locais *post-mortem*, como o Inferno e o Purgatório (Neto, 2021, p.1-17).

## Conclusão

A análise do livro didático *História, Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior, de 2018, referente ao Sétimo Ano do Ensino Fundamental II, nos possibilitou considerar nossa proposta de estudo em diálogo com o currículo escolar. É comum que as coleções didáticas da área de História abordem, em diferentes momentos e

---

<sup>7</sup> Considerando essa demanda, sugerimos as seguintes leituras, Cf. REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; RODRIGUES, Claudia. *Lugares dos mortos nas idades dos vivos: Tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Revisão e Editoração, 1997; ZIEGLER, Jean. *Os vivos e a morte: Uma "sociologia da morte" no Ocidente e na diáspora africana no Brasil, e seus mecanismos culturais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

situações, o tema da morte. Esse assunto se encontra, seja em detalhes ou com certo protagonismo, aguardando um olhar direcionado que permita utilizá-lo como um possível enfoque para descortinar muitos outros temas que nos ajudam a refletir sobre a finitude humana, os costumes funerários e as atitudes diante da morte, entre outros.

Como estudo de caso, nos debruçamos sobre o período colonial da História do Brasil, especialmente no segmento social dos escravos e forros. Conforme observamos, o livro didático analisado prioriza a abordagem dos que estão sob o jugo da escravidão, enquanto pouco se fala sobre os forros, o que poderia abrir outras possibilidades para pensar sobre o morrer, como, por exemplo, a partir da prática testamentária.

As ausências, a nosso ver, podem ser exploradas pelos professores como forma de não apenas utilizar o livro didático como único recurso em sala de aula, mas também como um importante guia pedagógico. Assim, o diálogo com outros materiais produzidos pelos professores contribui para o processo de criação e produção do trabalho docente, estimulando a prática de professor-pesquisador.

Por fim, acreditamos e defendemos que estudar sobre a morte e o morrer em sala de aula, durante as aulas de História, não é fúnebre, impróprio ou agourento. Consideramos esse um tema sensível, que representa uma oportunidade de reflexão e conhecimento sobre um assunto instigante, com inúmeras possibilidades e abordagens, permitindo pensar na diversidade das formas como diferentes sociedades, ao longo do tempo e do espaço, lidaram e lidam com a morte, os seus mortos e o morrer.

## Referências

### Fonte:

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História, Sociedade & Cidadania – 7º ano*. 4ª edição. São Paulo: FTD, 2018. Livro do Professor.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos-anos-anteriores>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

## Bibliografia:

- ALBERTI, Verena. O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas. In: *Palestra proferida no IV Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades*, realizado no Centro de Ensino Superior do Seridó (Ceres) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Caicó (RN), de 17 a 21 de novembro de 2014.
- APPLE, Michael W. “A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional?”. In: MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). *Currículo, Cultura e Sociedade*. 8º Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- ARIÈS, Phillipe. “A História das Mentalidades” In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. pp. 205-236.
- \_\_\_\_\_, Phillipe. *O homem diante da morte*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- \_\_\_\_\_, Philippe. *História da morte no ocidente: da Idade Média aos nossos tempos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o Poder: Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- BURKER, Peter. *A Escola dos Annales: A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. *As Irmandades de São Miguel e as Almas do Purgatório: Culto e iconografia no setecentos mineiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2013.
- COSTA, Camila Dias da. *As cores do suicídio: a morte na sociedade escravocrata do Rio de Janeiro (1830 – 1850)*. Rio de Janeiro: UERJ. Dissertação de Mestrado, 2019.
- COSTA, Warley da. Olhares sobre as imagens da escravidão africana: dois pintores viajantes aos livros didáticos de história do ensino fundamental. In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 18, no 1-2, p. 147-160, jan/dez 2005, pp. 147-160.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos, seguido de Envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro. “Elite das senzalas e nobreza de terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1741”. In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *Coleção o Brasil Colonial 1720-1821*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp.241-305.
- FLORENTINO, Manolo. *Em Costas negras: uma história do tráfico negreiro de escravos entre África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

- FURTADO, Junia Ferreira. Transitoriedade da vida, eternidade da morte: ritos fúnebres de forros e livres nas Minas setecentistas. In: JANCSÓ; I. KANTOR, In: *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo, Hucitec, Edusp, Fapesp, Imprensa Oficial, v. 1, 2001, pp. 397-416.
- GABRIEL, Carmem. “Currículo de História”. In: FERREIRA, Marieta d Moraes e OLIVEIRA, Margarida Dias de (Orgs.). *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, pp. 72-78.
- GIL, Carmem Zeli de Vargas e Eugenio, Jonas Camargo. Ensino de História e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. *Revista História Hoje*, v. 7, n° 13, 2018, p. 139-159.
- GOMES, Francisco José Silva. A Igreja e o poder: representações e discursos IN: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros (org.). *A vida na Idade Média*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, pp. 33-60.
- GUEDES, Roberto. *Egressos do Cativo: Trabalho, família, aliança e mobilidade social*. (Porto Feliz, São Paulo, c.1708 – c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.
- GUEDES, Roberto. “Senhoras pretas forras, seus escravos negros, seus forros mulatos e parentes sem qualidades de cor: uma história de racismo ou de escravidão? (Rio de Janeiro no limiar do século XVIII)”. In: DEMETRIO, Denise Vieira; SANTIROCCHI, Ítalo Domingos; GUEDES, Roberto (Org.). *Doze capítulos sobre Escravizar gente e governar escravos*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017, pp. 17-50.
- LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth. “Currículo”. In: *Teorias de currículo*. São Paulo: Cortez Editora, 2011, pp. 19-42.
- \_\_\_\_\_, Alice Casimiro e \_\_\_\_\_, Elizabeth. “O pensamento curricular no Brasil” In: LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth (Orgs.) *Currículo: debates contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2005.
- LIMA, Monica. Por que conhecer a História da África? *História Viva*, nº123, 2014, pp.14.
- LIMA, Ivã Dutra. O lugar social dos escravos nas cidades a partir da iconografia apresentada no livro didático História, sociedade & cidadania de Alfredo Boulos Júnior.  
In: *Kwanissa*, São Luís, n. 4, p. 94-109, jul/dez, 2019, pp. 94-109.
- MANDROU, Robert. *Magistrados e Feiticeiros na França do Século XVII*. São Paulo:

- Editora Perspectiva, 1968.
- MATTOSO, Katia M. de Queirós. "Para uma História Social seriada da cidade de Salvador no século XIX: os testamentos e inventários como fonte de estudo da estrutura social e de mentalidades". In: *Da Revolução dos Alfaiates à Riqueza dos baianos no século XIX: Itinerários de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004, pp. 167-202.
- \_\_\_\_\_, Katia M. de Queirós. "Testamentos de escravos libertos na Bahia no século XIX: uma fonte para o estudo de mentalidades". In: *Da Revolução dos Alfaiates à Riqueza dos baianos no século XIX: Itinerários de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004, pp. 225-260.
- MÉVEL, Yannick; TUTIAUX-GUILLON, Nicole. *Didactique et enseignement de l'Histoire-géographie au Collège et au Lycée*. Paris: Publibook, 2013.
- MÜLLER, Giane Carla Kopper. Alcances e fragilidades: os temas de vida e morte nos livros didáticos. In: *Educação Santa Maria*, v. 30 - n. 01, p. 165-180, 2005.
- NETO, Felipe Tito Cesar. *Estratégias para "bem morrer": testamentos e rituais funerários de alforriados (Mariana, Minas Gerais, c. 1727 - c. 1783)*. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado, 2019.
- \_\_\_\_\_, Felipe Tito Cesar. A Má Morte no discurso eclesiástico católico na América Portuguesa (Séculos XVII e XVIII). In: *ANPUH-Brasil - 31º Simpósio Nacional de História*, Rio de Janeiro/RJ, 2021, pp. 1 - 17.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Igreja e escravidão africana no Brasil colonial. *Especiaria (Uesc)*, v. 10, 2009, p. 356-388, 2009.
- OLIVEIRA, Maria Inês Cortês de. *O liberto: o seu mundo e os outros* (Salvador, 1790-1890). Salvador: UFBA, 1979. Dissertação de Mestrado.
- PASTORE, Maria Cristina. A morte como tema interdisciplinar de aprendizagem histórica em espaço não formal. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História - Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos desafios*. 27 a 31 de julho de 2015. Florianópolis, SC, pp. 1 - 12.
- \_\_\_\_\_, Maria Cristina. *Procedimento invertido: o ensino de História a partir das inquietações de jovens estudantes sobre a morte na aula-visita ao cemitério*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Programa de Pós-Graduação em História, Rio Grande/RG, 2016.
- PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: O cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

- PEREIRA, Nilton Mullet e SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. *Revista História Hoje*, v. 7, n° 13, 2018, pp. 14-33.
- REIS, João José. *A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RIGO, Kate. Cemitérios: Um espaço religioso e educativo. In: *Anais do Congresso Internacional da Faculdade EST*. São Leopoldo: EST, v. 1, 2012, p.106-120.
- RODRIGUES, Claudia. *Lugares dos mortos nas idades dos vivos: Tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Revisão e Editoração, 1997.
- \_\_\_\_\_, Claudia. *Nas fronteiras do Além: A secularização da morte no Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- \_\_\_\_\_, Claudia. Apropriações da morte católica por africanos e seus descendentes no Rio de Janeiro setecentista. *Especiaria (UESC)*, vol. 10, no. 18, jul.-dez. 2007, p. 427-467.
- SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1975.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. “Teorias do currículo: o que é isto?”. In: *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, pp. 11-17.
- SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- VOVELLE, Michel. *Piété baroque et déchristianisation en Provence au xviiiè siècle: Les attitudes devant la mort d’après les clauses de testaments*. Paris: Seuil, 1973.
- \_\_\_\_\_, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- \_\_\_\_\_, Michel. *As Almas do Purgatório ou o trabalho de luto*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- ZIEGLER, Jean. *Os vivos e a morte: Uma “sociologia da morte” no Ocidente e na diáspora africana no Brasil, e seus mecanismos culturais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.